

Enquadramento*



Avaliação do desempenho da utilização dos FEEI do Portugal 2020 como suporte à implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, tendo em vista a prossecução dos Objetivos Estratégicos identificados por esta definidos.



5 Domínios de Intervenção
(12 Áreas Programáticas de ação)



14 Programas Financiadores
(12 programas operacionais nacionais e 2 programas de cooperação transnacional)



1 393 M€ Fundo Aprovado



6 779 Operações Aprovadas



Taxa de Participação: **54%**
(Financiamento comunitário/Investimento Total)



Taxa de Realização^{**}: **46%**
(Valor executado/Valor aprovado)
^{**}Excluindo operações de apoio ao rendimento

*Dados reportados a 31/12/2020

Objetivos de avaliação

Identificar o **contributo dos FEEI**, no âmbito do Portugal 2020, para a **implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020**, avaliando o seu impacto face aos objetivos prosseguidos pela política pública e identificar os principais fatores de sucesso/constrangimento decorrentes que pautaram a aplicação dos fundos neste contexto.

Metodologia

Esta avaliação teve como referencial metodológico a Avaliação Baseada na Teoria que determinou a estruturação do quadro lógico da intervenção dos instrumentos mobilizados pelos PO Financiadores. A abordagem metodológica foi ancorada num leque diversificado de métodos e técnicas de recolha de dados, de tratamento e análise de informação quantitativa e qualitativa:



Recolha de Dados



2 Inquéritos
(a beneficiários não empresariais e a empresas)



Recolha Documental



9 Focus Group
(TdM, 7 temáticos no âmbito das Áreas Programáticas e do Modelo de Governação, debate das conclusões e recomendações)



15 Entrevistas



6 Casos de Estudo

Principais Resultados

Eficácia



Os instrumentos de apoio revelaram-se adequados às necessidades do setor e alinhados com os objetivos da ENM 13-20, sendo a única exceção observada no domínio do Capital Humano.



A grande maioria dos AAC não foram alvo de um alinhamento intencional com a Economia do Mar e a sua divulgação tendeu a não considerar as especificidades do público-alvo (exceção: PO Mar, algumas PI dos POSEUR e POCI)



Observaram-se lacunas no financiamento dos FEEI face às necessidades (e.g. oceanografia, desenvolvimento de energias renováveis marinhas, C&T).



A maioria das operações deverá ser concluída sem quebras na execução financeira. As metas físicas das operações afiguram-se alcançáveis.



Os apoios deverão ser capazes de produzir impactos relevantes na Economia do Mar através do reforço da capacidade científica e tecnológica nacional; estímulo de novas áreas de ação com elevado potencial económico; do reforço do capital humano; da criação de emprego líquido; e do contributo para a potenciação dos efeitos pretendidos na generalidade das áreas de intervenção.

Valor Acrescentado Europeu



Os FEEI apresentam um efeito de adicionalidade muito relevante, viabilizando investimento que de outra forma não seria implementado e contribuindo também para aumentar, acelerar e antecipar o investimento que seria realizado. O efeito de *deadweight* revelou-se reduzido.



Em média, cada euro de financiamento atribuído pelos FEEI alavancou 0,86€ de investimento privado pelos promotores.



Os FEEI contribuíram de forma heterogénea, para a Estratégia Europa 2020 (no âmbito da I&D, clima e energia) e para a Estratégia Marítima na Região Atlântica.

Eficiência Operativa



O ITI-Mar teve um desempenho diferenciado no cumprimento das três funções atribuídas no respetivo modelo de governação (assistência aos promotores, monitorização e avaliação dos FEEI no âmbito da Economia do Mar e suporte aos decisores de política pública).



O ITI Mar poderia ter tido uma intervenção mais reforçada na programação do lançamento e desenho de Avisos, divulgação de oportunidades de financiamento e suporte a promotores.



A complementaridade entre os diferentes instrumentos financiadores da ENM decorreu principalmente da atribuição articulada de financiamento às operações. Observam-se ainda áreas de indefinição em matéria de financiamento.

Recomendações

1. Garantir a continuidade das funções atribuídas ao ITI Mar e assegurar uma efetiva coordenação entre os agentes que o integram
2. Reforçar a atuação do ITI Mar mais a montante, nomeadamente na conceção e dinamização da procura e suporte a potenciais promotores
3. Promover a complementaridade entre as fontes de financiamento utilizadas para operacionalizar a ENM e evitar a concorrência entre fundos
4. Assegurar a continuidade e aprofundar a função de monitorização do ITI Mar
5. Aprofundar o processo de avaliação e promover a orientação para os resultados
6. Garantir uma monitorização alargada da ENM enquanto instrumento de política pública
7. Reduzir a morosidade associada à certificação de despesas e pagamentos
8. Reforçar o apoio a iniciativas de dinamização do ecossistema nacional de I&D e inovação da Economia do Mar
9. Definir uma estratégia e instrumentos que promovam um maior conhecimento do Mar profundo
10. Promover a competitividade dos setores do Domínios dos Recursos Vivos
11. Promover maior flexibilidade nos apoios à intervenção em infraestruturas portuárias
12. Adequar os instrumentos de suporte à formação não superior às especificidades dos setores tradicionais da Economia do Mar
13. Flexibilizar capacidade de atuação dos GAL nos territórios de intervenção
14. Consolidar o apoio à monitorização, fiscalização, vigilância e melhoria do conhecimento em contexto marítimo, assegurando a melhoria da informação e dos sistemas disponíveis
15. Garantir a continuidade e reforço dos apoios para a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos e para a promoção das energias renováveis offshore
16. Continuar a assumir os investimentos na defesa costeira como uma prioridade nacional